

## ANDANDO NA CORDA BAMBA DA RAZÃO

FOGELIN, Robert. **Andando na corda bamba da razão**: a vida precária de um animal racional. Tradução de Israel Vilas Bôas e Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Alameda, 2016, 190p.

Crysmán Dutra\*

Publicado originalmente no idioma inglês, no ano 2003, *Andando na corda bamba da razão* de Robert Fogelin (1934-2016) é, sem dúvida, uma das grandes obras de ceticismo filosófico da atualidade. Fruto de conferências proferidas em 1995, o texto só veio à tona, na língua portuguesa, em 2016, cujos tradutores são Israel Vilas Bôas e Plínio Junqueira Smith.

Logo na introdução Fogelin apresenta as questões tocadas no corpo do texto e presume que as questões filosóficas são apresentadas de modo equivocado, a saber, em forma de dicotomias. Agindo assim, os problemas filosóficos podem conduzir, em certos casos, ao dogmatismo, e em outros, ao niilismo moral ou relativismo absoluto. Isso ocorre devido à deficiência de nossos mecanismos racionais e sensoriais. Ao admitirmos um enunciado como verdadeiro, nos comprometemos com suas consequências decorrentes. Fogelin, bem como Hume, afirma que esse erro se deve ao fato de a filosofia ter se afastado da vida diária. Nosso autor evoca a duas teses opostas: a de Dostoiévski, que proclama o niilismo ateu; e a de Lewis, que promove uma apologia à fé. Fogelin infere que ambas são problemáticas e não são suficientemente esclarecidas, pois assinalam apenas duas soluções!

No primeiro capítulo é explorado o embate entre aqueles que acreditam na infalibilidade do princípio de não contradição com aqueles que o rejeitam (como Nietzsche e os pós-modernos). Os que negam a eficiência da lei de não contradição são denominados por Fogelin de heraclitianos, em alusão ao filósofo pré-socrático que desdenhava dessa lei e acreditava na ausência de leis naturais imutáveis e necessárias. Para Heráclito as coisas estavam em perene mudança, por essa razão o princípio de não contradição não se mostrava igual à móvel realidade física. Enquanto parmenidianos é a designação daqueles adeptos da lei de contradição, os que buscam um ponto fixo e estável. Logo após essa explanação, Fogelin parte para apresentar as ideias de Wittgenstein. O filósofo do Tractatus queria compreender o estatuto da lógica e se, realmente, esta trata de fatos estritamente formais. Wittgenstein conclui que as constantes lógicas não possuem referência ou representação, as

---

\* Graduação em Filosofia - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). E-mail: [crysman1@hotmail.com](mailto:crysman1@hotmail.com).

regras sintáticas e semânticas somente têm sentido quando inseridas na proposição, fora delas nada são; a linguagem é o nosso acesso ao mundo natural, todavia as palavras podem ser empregadas de maneira confusa. Para solucionar essa aporia, Wittgenstein desenvolve a tabela de verdade, utilizando apenas elementos lógicos. Assim como Aristóteles acreditava que a lei de não contradição admite demonstração, Wittgenstein apresenta a sua tabela como algo de natureza formal, necessária e *a priori*. Contudo, ao inserirmos as variáveis na tabela de verdade e tentarmos justificá-las, só o fazemos por meio da própria lei de não contradição, ou seja, a lei de não contradição só pode ser justificada por ela mesma, ou seja, a justificativa se apoia por meio de argumento circular ou petição de princípio. Fogelin sustenta que a lei de não contradição é compatível tanto com a mudança quanto com a imutabilidade.

No segundo capítulo, Fogelin afirma que é possível conviver, cautelosamente com as inconsistências, e não precisamos sempre obedecer à lei de não contradição. As regras conduzem as atitudes e empregos de uma determinada proposição. Compreender o significado de uma palavra é entender a função que ela desempenha dentro do contexto proposicional.

Embora, a princípio, a lei de não contradição e as regras que governam a linguagem comum pareçam sugerir rigor e consistência, Wittgenstein rejeita essas regras, e Fogelin concorda. Segundo Fogelin, a única alternativa é aprender a viver com essa inconsistência.

Fogelin ilustra esse tipo de situação hipotética da seguinte maneira: ao jogarmos “ludwig” podemos nos deparar com um dilema, em que somos obrigados e, simultaneamente, proibidos de realizar um movimento. Isso se mostrará como uma inconsistência de “ludwig” e uma aporia face à lei de não contradição.

Fogelin, no entanto, não atém os dilemas às regras gramaticais, mas os estendem às instituições humanas, admitindo a presença de frequentes controvérsias. O nosso autor, no decorrer do capítulo, explicita também acerca do paradoxo do mentiroso. Há duas abordagens que tentam solucionar as inconsistências desses paradoxos, a primeira visa dissolvê-las, e a segunda, evitá-las.

O paradoxo do mentiroso não oferece um caminho de identificação para avaliar a proposição. Esse tipo de raciocínio circular só é permitido aduzir a verdade e a falsidade a partir do próprio raciocínio. Fogelin defende que não precisamos apelar para a análise teórica com a finalidade de solucionar categoricamente o paradoxo do mentiroso. Como não intervém em questões práticas, podemos, com efeito, recorrer a uma solução pragmática, isso já representaria um triunfo suficiente. No que se refere à esfera legislativa e moral não é possível aplicar o mesmo rigor lógico. Fogelin acredita que os sistemas morais e legais são

naturalmente propensos a dilemas e paradoxos.

Fogelin explica brevemente dois paradigmas da ética: a consequencialista, que busca o maior número de benefícios para atingir o número máximo de pessoas, e a ética deontológica, que se baseia no dever. Fogelin é cético quanto à formulação de uma teoria unificadora em ética. Em sua opinião, os dilemas morais são derivados de fatos cotidianos. Diante de um jogo, o mais importante não é jogar com as regras, mas estar *dentro* das regras. Segundo Fogelin nenhuma solução para o paradoxo do mentiroso é suficientemente boa e satisfatoriamente correta. Nesse sentido ele não tem a ingênua pretensão de elaborar um sistema filosófico capaz de explicar todas as contradições oriundas da razão prática humana.

O terceiro capítulo explicita os limites da razão humana, Fogelin sustenta que ela cria impedimentos para ela mesma e que essa concepção não representa nenhuma novidade, visto que já foi adiantada pelos cétricos antigos e, mais tarde, por Hume e Kant. Este afirmava que a razão cria ilusões, sendo assolada por pensamentos perturbadores, dos quais não consegue se distanciar inteiramente. Esse capítulo tratará sobre o ceticismo kantiano. Para Kant, o conhecimento se processa mediante a articulação entre entendimento (que fornece os conceitos e os organiza mediante as categorias *a priori*) e a sensibilidade (por meio do qual os objetos nos são dados). Kant alega que intuição sem pensamento é cega, e conceito destituído de experiência é vazio. Ele afirma, por conseguinte, que a mente humana é a faculdade responsável por impor perguntas à natureza, como em um tribunal.

Fogelin divide duas vertentes de partidários de estruturas conceituais, uma conservadora (fechada) e outra perspectivista (relativista). Segundo Kant todos os seres humanos são dotados de aparatos idênticos conceituais, o que permite apreendermos diversas noções e transmiti-las, de modo objetivo, a outros seres racionais. Isso constitui o elemento de intersubjetividade.

Quanto aos perspectivistas, podemos destacar Protágoras e Nietzsche. Protágoras exprime o seu relativismo através de sua doutrina do “homem-medida”, Nietzsche tem seu perspectivismo decorrente da noção de afirmação e negação da vida, oriunda de Heráclito, uma vez que procura escapar dos territórios deterministas da razão e da moral.

Fogelin, bem como Platão no *Teeteto*, demonstra a fragilidade do relativismo absoluto. Fogelin também expõe que o perspectivismo pode afligir negativamente o discurso científico e filosófico, uma vez que o perspectivismo e o pós-modernismo declaram a ausência de mentira. Sendo assim, todas as proposições serão, de algum modo, corretas de acordo com o ponto de vista. Fogelin segue Kant e distingue ilusões perceptivas e ilusões intelectuais. A

razão quando se sente livre e não é auxiliada pela experiência tende a cair no segundo tipo de ilusão. As ilusões dialéticas conduzem a antinomias da razão, isto é, perguntas que transcendem a experiência, cujas respostas não são inteligíveis à cognição humana. Fogelin divide as ilusões dialéticas intelectuais em positivas e negativas.

O quarto capítulo versa sobre o ceticismo, ele se dedica sobretudo a examinar os ceticismos cartesiano, humiano e o pirrônico. Fogelin pronuncia que o ceticismo não pretende negar coisa alguma do mundo, mas envolve em suspensão do juízo. Um cético não se posiciona favorável e tampouco contrário à existência de Deus, por exemplo.

Ao contrário da classificação adotada pela tradição, que costuma designar Descartes de cético, Fogelin prefere rotulá-lo de ascético, uma vez que Descartes se empenhou em encontrar uma verdade segura e indubitável (as ideias claras e distintas), imune a qualquer dúvida.

Quanto a Hume, o seu ceticismo profere que não podemos estar convictos de modo algum sobre o funcionamento posterior da natureza. Sendo assim, os fenômenos naturais *provavelmente* continuarão se comportando no futuro conforme foram no passado. Esses dois tipos de ceticismo dizem respeito à justificação, ao passo que o pirrônico concerne à esfera do ceticismo referente à crença.

No ceticismo pirrônico, por seu turno, a suspensão do juízo detém uma finalidade terapêutica, isto é, visa fugir dos compromissos morais e filosóficos. Pois segundo os pirrônicos, ao nos livrarmos desses tipos de indagações, alcançaríamos a felicidade.

No quinto capítulo Fogelin problematizará sobre Hume e as implicações de seu ceticismo na filosofia da ciência (Hume presume que não é possível inteligir a causa última constituinte da natureza. Portanto, a principal função da filosofia é se ocupar de questões cotidianas, longe de qualquer pensamento metafísico). O pensador escocês afirma que não podemos conhecer todas as coisas, ou seja, o conhecimento tem limites precisos. Todavia, dirá Fogelin, é incontestável o acúmulo de informações e progresso na esfera da ciência. A fim de defender a perspectiva de Hume, Fogelin recorrerá à Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, ambos defenderão a noção de incomensurabilidade. Eles afirmam que a ciência não é cumulativa, mas fruto de contradições intrínsecas. No que se refere a Kuhn, este sustenta que não existe avanço na ciência, mas simplesmente alterações na visão de mundo adotadas pela comunidade científica. Contudo, no momento em que os mecanismos e procedimentos não se ajustam coerentemente ao sistema paradigmático, as crises surgem e são superadas somente com a emergência de um novo paradigma. Fogelin, ao longo do capítulo, apresenta agudas

críticas sobretudo ao anarquismo epistemológico de Feyerabend, pois ele nega que houve evoluções na ciência, que podemos ampliar as nossas informações acerca do mundo, bem como ocorreram superações ao longo da história. Fogelin, porém, afirma que ao negar esses itens, Feyerabend estava capturado por ilusões dialéticas e reduziu a cognição humana à esfera semântica. Fogelin acredita que sempre devemos estar interagindo experiencialmente com o mundo e, em hipótese alguma, devemos cindir a conexão mente-mundo. Os problemas filosóficos e morais, bem como os problemas científicos, estão vinculados à relação entre mente (sujeito) e mundo (objeto). Os instrumentos criados pela tecnologia e utilizados pela ciência são produzidos com a finalidade de atenuar as controvérsias dialéticas e os dilemas da racionalidade humana, pois eles integram a relação entre sujeito e objeto, aproximando-os mutuamente. Fogelin, defende que, para resistir aos erros gerados pela razão, as ilusões dialéticas devem ser restringidas por algo não conceitual. Para Fogelin, Kuhn e Feyerabend pecam ao não se aterem às restrições não conceituais.

São abordados no sexto capítulo os dilemas que abrangem a dimensão estética, no âmbito da tensão entre subjetividade e objetividade que envolvem a noção de “belo”. Termos como “bem”, “belo”, “ruim”, “feio” servem, em nossa língua para expressar respectivamente aprovação e reprovação. Assim como Wittgenstein, Fogelin recusa qualquer tipo de padrão estético ideal. Hume, por sua vez, sustenta que o gosto é subjetivo. Mas então como é possível rotular alguém dotado de bom gosto? Hume defende que os padrões de beleza são uma qualidade secundária (ou seja, não residem inerentemente nos objetos, mas nos sentidos do sujeito). Em virtude de sermos dotados de aparatos sensíveis idênticos é que podemos chegar num consenso razoável. O discernimento estético surge do hábito, que apura os sentidos sem a experiência comparativa, não estamos aptos para julgar. Fogelin discorda da posição de Hume e afirma que os padrões do gosto não são variantes em diferentes épocas e culturas.

No capítulo final, Fogelin explicita algumas teses acerca do caráter precário de nossas vidas intelectuais. Fogelin, em conjunção com Hume, acredita que os problemas céticos devem ser levados a sério. Pensamentos céticos subitamente nos assolam. Isso fica nítido por intermédio das citações de Hume sobre as suas dúvidas céticas. Fogelin, assim como Hume, defende que raciocínios abstrusos são inúteis e causam infelicidade. Hume afirma que o entendimento humano não está habilitado a tratar adequadamente de assuntos abstrusos. As dúvidas céticas, por sua vez, devem ser inseridas na vida pública.